



Número: **0800721-21.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **10/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|-------------------|
| ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA (AUTOR) | | BRUNO HENRIQUE CORTEZ DE PAULA (ADVOGADO) ERIC TORQUATO NOGUEIRA (ADVOGADO) CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO) | |
| MAPFRE SEGUROS (RÉU) | | ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO) | |
| GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 54796202 | 02/04/2020 13:18 | Petição | Petição |
| 54796204 | 02/04/2020 13:18 | 2689054_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01 | Outros documentos |
| 54796206 | 02/04/2020 13:18 | 2689054_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_02 | Outros documentos |
| 54796208 | 02/04/2020 13:18 | 2689054_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_03 | Outros documentos |
| 54796210 | 02/04/2020 13:18 | 2689054_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_04 | Outros documentos |

Juntada de impugnação ao laudo pericial.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08007212120208205001

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

AUTOR JÁ RECEBEU INDENIZAÇÕES QUE EXCEDEM O TETO LEGAL (LMI)

A parte Autora tenta levar a erro o atento Juiz a quo, pois, já recebeu indenizações relativas ao Seguro DPVAT, em face também de outros sinistros que somados chegam ao valor de R\$ 11.817,90 (onze mil oitocentos e dezessete reais e noventa centavos).

Eis que, conforme dispõe a Lei 6.194/74, o limite máximo indenizatório é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ficando patente que o autor não possui direito à qualquer indenização.

Abaixo, relação dos valores recebidos e os sinistros correspondentes:

Sinistro atual ocorrido em 30/09/2017 – regulação administrativa nº 3180380652 – pagamento no valor de R\$ 2.367,90 após laudo apurar invalidez do membro inferior esquerdo.

Sinistro atual ocorrido em 02/08/2010 – regulação administrativa nº 2011042580 – pagamento no valor de R\$ 2.531,25 e posteriormente, mais R\$ 6.918,75 (seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), correspondente à invalidez de 100% de um MEMBRO SUPERIOR, nos autos do processo nº 001.2011.027.92.1.

Equivoca-se a parte Autora quando tenta fazer crer que faz jus ao recebimento a nova indenização, sem atentar-se que já recebeu mais do que o limite máximo indenizável.

Nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Assim, o Autor deliberadamente tenta beneficiar-se economicamente às expensas da ré e sob o manto do Poder Judiciário, não podendo receber além do limite máximo indenizável.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao autor em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO.

Dessa forma, diante das informações e documentos os quais ora requer a juntada, a demanda deverá ser julgada improcedente, uma vez que a pretensão não encontra amparo legal.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.367,90 (dois mil e trezentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 23 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 31/08/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02044

CONTA: 000000072562-2

Nr. da Autenticação 9DAB7045E58275F2



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180380652 **Cidade:** Natal **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA **Data do acidente:** 30/09/2017 **Seguradora:** AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 29/08/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA COMINUTIVA DE PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DO JOELHO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEFICIT FUNCIONAL MODERADO EM JOELHO ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|---|--|--|-----------|-----------------------|
| Perda completa da mobilidade de um joelho | 25 % | Em grau médio - 50 % | 12,5% | R\$ 1.687,50 |
| Total | | | 12,5 % | R\$ 1.687,50 |



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 10/10/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 680,40

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02044

CONTA: 000000072562-2

Nr. da Autenticação 3F165A5844774B71



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180380652 **Cidade:** Natal **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA **Data do acidente:** 30/09/2017 **Seguradora:** AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE PLATÔ TIBIAL ESQUERDO

Descrição do exame médico pericial: SEQUELA EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM GRAU LEVE

Resultados terapêuticos: PACIENTE FOI SUBMETIDO À CIRURGIA PARA REDUÇÃO DE FRATURA COM FIXAÇÃO DE PLACA EM L 4,5 EM PONTE E PARAFUSOS E FINALIZADO COM TALA, SENDO TRATADO COM ANALGÉSICOS E ANTI-FLAMATÓRIOS, RECEBEU ALTA SEM APRESENTAR COMPLICAÇÕES E INFECÇÃO HOSPITALAR.
VÍTIMA ORIENTADO, CONSCIENTE, SEM SEQUELA NEUROLÓGICA, APÓS EXAME FÍSICO PACIENTE APRESENTA INVALIDEZ ANATÔMICA E FUNCIONAL
COM LIMITAÇÃO DE ADM E ATROFIA MUSCULAR DA PERNA ESQUERDA, COM REPERCUSSÃO NA MARCHA.

Sequelas permanentes: HOUE AGRAVAMENTO DE LESÃO DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 05/10/2018

Conduta mantida: Não

Observações: OBS.: VÍTIMA JÁ AVALIADA ANTERIORMENTE POR AMD(SEGURADORA LÍDER). NO VALOR DE R\$1.687,50 REFERENTE A 50% DA LESÃO NO JOELHO ESQUERDO
REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR.

Médico examinador: DAURI LIMA DO NASCIMENTO FILHO

CRM do médico: 7547

UF do CRM do médico: RN

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|---|---|---|-----------|--------------------------|
| Perda funcional completa de um dos membros inferiores | 70 % | Complemento por reanálise - 7,2 % | 5,04% | R\$ 680,40 |
| Total | | | 5,04 % | R\$ 680,40 |

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: DORES MENDES B C MENDES

CRM do médico: 52.25889-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:

Dores Mendes



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

| | |
|------------------------|------------|
| DATA DA TRANSFERENCIA: | 25/02/2011 |
|------------------------|------------|

| |
|----------------------|
| NUMERO DO DOCUMENTO: |
|----------------------|

| | |
|--------------|----------|
| VALOR TOTAL: | 2.531,25 |
|--------------|----------|

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02044

CONTA: 000000072562-2

Nr. da Autenticação 3F4D1104FAE57BB9



PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



DADOS DO SINISTRO

Número: 2011042580**Cidade:** RIACHUELO**Natureza:** Invalidez**Vítima:** ANTONIO MARCOS
FLORENCIO DA SILVA**Data do acidente:** 02/08/2010**Emissor do parecer:** Luiz
Claudio
Correa
Canaan**Seguradora:** BCS SEGUROS S/A**Prestadora:** AMORIM E MATTOS SERVIÇOS
MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT**CRM do médico:** 480685

PARECER

Data da análise: 18/02/2011

Valoração do IML:

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

Resultados terapêuticos:

Sequelas permanentes: DEBILIDADE E LIMITAÇÃO AVANÇADA DO PUNHO ESQUERDO

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Não

Quantificação das sequelas: PUNHO ESQUERDO 75%

Documentos complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 3.375,00

Médico avaliador: LUIZ CLÁUDIO CORRÊA CANAAN

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

| Dano | % | Dimensão | Graduação |
|---|----|----------|-----------|
| Perda completa da mobilidade de um dos punhos | 25 | 1 | 75 |

Valor avaliado: 2.531,25

0800770... Page 1 of 2



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ZONA SUL - UNIDADE UFRN

UFRN, SETOR I, LAGOA NOVA, NATAL/RN. TEL: 32153956

CITAÇÃO

Processo nº 001.2011.027.092-1

Destinatário: UNIBANCO AIG SEGUROS / RG: / CPF-CNPJ: 33.166.158/0001-95

Endereço:

Logradouro: AVENIDA ENG. ROBERTO FREIRE nº1850

Complemento: SHOPPING SEAWAY Bairro: CAPIM MACIO, NATAL País: BRASIL

CEP: 59.078-600

O MM. juiz de direito cita a parte supra, nos termos do art. 172, § 2º do CPC, combinado com o art. 12 da Lei 9.099/95, para todos os termos da ação indicada, ciente que deverá comparecer à audiência de conciliação, na data e hora designadas.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento às audiências importará em revelia, reputando-se verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. Comparecendo a parte promovida (ré), e não obtida a conciliação, poderá a ação ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento, concedendo-se prazo para juntada de contestação.

Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência respectiva a carta de preposição, sob pena de revelia.

ATENÇÃO: A parte deverá comparecer pessoalmente, não sendo admitido, neste juízo, o instituto da representação.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <http://projudi.tjn.jus.br/projudi/>. Para se cadastrar, compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, DISQUETE, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.

Processo: 001.2011.027.092-1
Valor da Causa: R\$ 10.968,75

Promovente: ANTONIO MARCOS FLARENCIO DA SILVA
Promovido(a): UNIBANCO AIG SEGUROS

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 05/09/2011 11:40

Distrito Judiciário da Zona Sul

UFRN - Setor I – Lagoa Nova – Caixa Postal 1683 - Tel: 3215.3956

Natal, 2 de Junho de 2011.

GICELE CRISTINA FARIAS DE MOURA MACEDO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

DE ORDEM DO(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO

FLAVIA SOUSA DANTAS PINTO

17.201101085385

<https://projudi.tjn.jus.br/projudi/imagens/FCKeditor/editor/fckeditor.html?InstanceN...> 02/06/2011



Diógenes,
Marinho
e Dutra

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN – UNIDADE Z. SUL,**

ANTONIO MARCOS FLARENCIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob n 032.026.674-59, portador do RG n 001.642.981, residente e domiciliado na Rua Elisbão de Macedo, n 773, Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN; CEP; 59.115-560, vem perante este Juízo, mui respeitosamente, através de seus bastantes procuradores /n fine assinados (instrumento procuratório em anexo), propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em face de **UNIBANCO AIG SEGUROS**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 33.166.158/0001-95, com filial na Av. Eng. Roberto Freire, 1850 – Shopping Seaway, Capim Macio, Natal/RN, CEP 59.078-600, requerendo no final pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I. DOS FATOS.

Em 02 de agosto de 2010, por volta das 20:00 horas, o Requerente vinha como passageiro de um veículo Caminhão M.Benz, de placa MMZ-0635, o condutor do mesmo ao fazer uma curva, perdeu o controle, vindo a capotar, sofrendo varias lesões, sendo socorrido pela SAMU e levado para o Hospital Clovis Sarinho, conforme demonstra o boletim de ocorrência, ora colacionado.

Devido esta fatalidade, a parte autora teve fratura do antebraço esquerdo, decorrendo em **incapacidade parcial incompleta, em caráter permanente, em virtude tem** redução dos movimentos de



pronosupinação de antebraço e flexo-extensão de punho ipsilateral, em torno de 70% de sua capacidade, conforme descrito no Laudo Médico emitido pelo DR. Murcio Aurélio N. Luzia CRM 3281, ora colacionado.

Importante repisar que a lesão acima, em que pese sua parcialidade, **produziu uma redução dos movimentos de pronosupinação de antebraço e flexo-extensão de punho ipsilateral, em torno de 70% de sua capacidade**, que prejudicou o demandante, uma vez que limitou as suas perspectivas de crescimento pessoal e profissional.

Ocorre que, ao pleitear o seguro DPVAT administrativamente, a parte demandante teve reconhecida a incapacidade permanente, de natureza parcial e incompleta, recebendo, apenas, o montante de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), de acordo com o extrato ora acostado.

É que a seguradora pagadora do DPVAT aplicou, diretamente, o percentual correspondente a lesão, segundo a Tabela instituída pela Lei nº 11.945/09, o que produziu a irresignação do beneficiário, porque injusta, pois não observou, a demandada, os critérios subjetivos também previstos em Lei específica, o que merece a apreciação do Judiciário para escoimar tal ilicitude.

Assim sendo, vem, a parte demandante, buscar, anelante, a proteção jurisdicional do Estado-Juiz, com fito de resguardar aquilo que lhe é de direito, pleiteando JUSTIÇA, simplesmente JUSTIÇA!

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, instituído pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pelas Lei nº 8.441/92 e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, como política de Estado para indenizar às vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres.



O DPVAT é obrigatório a todos os veículos automotores, sem exceção, e deve ser pago juntamente com a cota única ou primeira parcela do IPVA, à vista, não cabendo parcelamento do mesmo. A *ratio legis* dessa medida é justamente para garantir o pagamento imediato das indenizações das vítimas.

Importante esclarecer que a Lei do DPVAT prevê três tipos de cobertura, desde que haja vitimização em acidente envolvendo veículos automotores de via terrestre ou por cargas transportadas por esses veículos, sejam elas: por morte; por invalidez total ou parcial; ou por despesas de assistência médica e suplementares, conhecidas como DAMS. Esta última modalidade prevê o reembolso de despesas devidamente comprovadas.

No caso em apreço, é nítida a subsunção normativa, uma vez que houve vitimização do requerente em acidente de trânsito, dimanando incapacidade parcial permanente, conforme Laudo Pericial já referido.

O benefício por invalidez permanente prevê uma indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como dispõe a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, que alterou a Lei do DPVAT, senão vejamos:

Artigo 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Negritei).



Esclareça-se que o entendimento jurisprudencial, em que pese os valores acima, por uma interpretação extensiva da Lei do Seguro Obrigatório em função do seu cunho social, tem fixado o valor da indenização em 40 (quarenta) salários mínimos, não se incompatibilizando com a norma que proíbe sua indexação ao salário mínimo, conforme expressado no julgado abaixo:

Processual civil. Recurso especial. Agravo no agravo de instrumento. Seguro obrigatório. Acidente de trânsito. Seguradora. Legitimidade passiva. Prequestionamento. Ausência. Fundamentação deficiente. Valor da indenização. Legalidade. - Ausente o prequestionamento da matéria cuja discussão se pretende, não se conhece do recurso especial.

- Não se conhece do recurso especial na parte em que se encontra deficientemente fundamentado.

- Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório assegurado direito de regresso.

- O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, não havendo incompatibilidade entre o disposto na Lei n. 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes. Agravo não provido. (STJ, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0021894-5. Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, T3 - TERCEIRA TURMA. DJ 24/04/2006 p. 397). (Negrito).

Entretanto, em nenhum momento a legislação pertinente estabeleceu critérios objetivos para a quantificação da referida indenização, informando, de forma genérica, imprecisa, que o valor a ser pago à vítima seria de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou como fixou a Jurisprudência, 40 (quarenta salários mínimos).

Assim sendo, não tendo a Lei definido parâmetros de como deve ser paga as indenizações, não cabe a qualquer seguradora participante do consórcio Líder Seguradora legislar, principalmente em função de interesses próprios,



o que é dínamo de injustiças, uma vez que baseadas em critérios subjetivos, aleatórios e inconsistentes.

Essa total falta de regulamentação transforma a discricionariedade em amplo e irrestrito arbítrio, já que não há o estabelecimento de limites claros em nenhuma parte do ordenamento jurídico, ficando as vítimas, assim como o autor, à deriva dos humores e necessidades das seguradoras.

Repise-se: é inadmissível, em nosso ordenamento jurídico, que haja uma fixação de indenizações dos Segurados do DPVAT pelas próprias seguradoras, onde coexiste intrinsecamente um evidente conflito de interesses.

Tal entendimento encontra respaldo nos julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS – INDENIZAÇÃO POR MORTE – FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS – LEI 6.194/74 ART.3º
RECIBO DE QUITAÇÃO – RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO – DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. I –
Pacífica a jurisprudência desta corte no sentido de que CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE. COBRANÇA DE DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. RECIBO DE QUITAÇÃO. RENÚNCIA AO DIREITO DO SEGURADO. INCIDÊNCIA APENAS QUANTO AO EFETIVAMENTE RECEBIDO. JUROS DE MORA. CÔMPUTO A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA, INCIDÊNCIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. PRECEDENTES.(TJ/RN: AC: 2007.002656-2, 3ª Câm. Cível. Rel. Dés. João Rebouças. Julg. 31/05/2007).

SEGURO OBRIGATÓRIO – Finalidade social da lei que o institui – quitação cujos efeitos abrangem somente os valores recebidos, sendo lícito ao autor cobrar a diferença a que faz jus ainda que no recibo se tenha feito alusão à



quitação geral e plena (1ªTACivSP, Apelação nº 405.944-5, 6ª Câmara, Rel. JUIZ CARLOS ROBERTOGONÇALVES).

O pedido de complementação da indenização do seguro obrigatório à vítima também foi apreciado pelo Excelso Superior Tribunal de Justiça, que declarou ser devida na forma da Lei própria, senão vejamos:

Direito civil e processo civil. Recurso especial. Ação de cobrança de complementação de valor da indenização de seguro obrigatório. DPVAT. Danos morais. Inadimplemento contratual. Inviabilidade do pleito. - O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais. Precedentes. - Deve, contudo, ser condenada a seguradora a complementar o valor da indenização concernente ao seguro obrigatório, nos termos em que dispõe o art. 3º, alínea "a", da Lei n.º 6.194/74, como estabeleceu o Juízo de origem. Recurso especial conhecido e provido. (STJ. REsp 723729/RJ. Rel. Min. NANCY ANDRIGHI. T3 - TERCEIRA TURMA. DJ 30.10.2006 p. 297). (Negritei).

Importante salientar, em perfeita sintonia com os julgados acima, que o valor recebido pelo requerente não implicou em qualquer renúncia ao que ora pleiteia.

III. DO RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ DO SEGURADO POR SEGURADORA QUE COMPÕE O CONSÓRCIO LÍDER DOS SEGUROS DPVAT. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE QUE SE IMPÕE.

Como pode-se verificar nos presentes autos, ao pleitear administrativamente o seu direito ao prêmio, a parte autora teve reconhecida a sua incapacidade parcial permanente pela seguradora, baseado em LAUDO MÉDICO acostado, o que oportunizou ao pagamento de uma fração do valor total



indenizatório estipulado no art. 3º da Lei do DPVAT, baseando-se no inciso II, do art. 3ª, da Resolução CNSP nº 154/2006, que dispõe:

(omissis...)

II – em caso de invalidez permanente, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter da invalidez, a quantia que se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portador a vítima, de acordo com a tabela constante das normas de acidentes pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista nas normas vigentes, na data da liquidação do sinistro;

Ou seja, a invalidez permanente do Autor já foi constatada pelo Consórcio que Administra o Seguro DPVAT através de Perícia Administrativa, senão não haveria pagamento parcial do prêmio requerido, conforme comprovante de recebimento que o Autor anexa a exordial.

Com a demonstração inequívoca da incapacidade definitiva da Parte Autora, confirmada pela Perícia Administrativa realizada por Peritos legalmente habilitados, há a desnecessidade de outra perícia médica, o que afasta a COMPLEXIDADE DA PROVA, devendo o feito seguir pelo rito sumário.

Nessa esteira, são várias as decisões, inclusive dos Juizados Especiais por todo o Brasil, comprovando a falta de necessidade de produção de prova pericial, como se vê abaixo:

AÇÃO DE COBRANÇA, SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, ACIDENTE DE TRÂNSITO. INCOMPETENCIA DO JUÍZO. FALTA DE DOCUMENTO E IMPUGNAÇÃO AO LAUDO MÉDICO. IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL. VALOR INDENIZATÓRIO. AUTORIDADE DO CNSP. ILEGITIMIDADE PASSIVA. I. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. II. Em razão do novo regramento do Ministério Público Estadual, que estabelece que o IML do RS não mais fará perícias para DPVAT, basta para a vítima apresentar boletim de atendimento



hospitalar e / ou laudo médico e boletim de ocorrência para restar provado o dano decorrente de acidente de trânsito. A autora anexou aos autos os documentos necessários para receber a indenização. III. O boletim de ocorrência policial comprova o direito alegado, o que impõe a procedência da lide. IV. Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente: havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar máximo estabelecido pela lei vigente. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes, nos termos da Súmula 14 das Turmas Recursais. V. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. VI. A alegação de ilegitimidade passiva da ré não merece guarida porque, em consulta ao sítio eletrônico www.susep.gov.br, a mesma encontra-se devidamente cadastrada como integrante do consórcio de seguradoras. Além disto não há autenticidade no documento apresentado às fls. 44/45, respondendo esta solidariamente através do convênio DPVAT. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (Recurso Cível Nº 71001773167, Segunda Turma Recursal Cível do Rio Grande do Sul, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 10/09/2008). (Grifos acrescentados).

Desta forma, tem-se que é totalmente desnecessária a realização de perícia médica no caso vertente, pois não há qualquer controvérsia quanto à incapacidade da Parte Autora, que obteve seu reconhecimento por parte da própria seguradora, uma vez que pagou a indenização legal, entretanto, apenas parcialmente.

O que há é uma discussão jurídica acerca da validade de uma tabela de graduação elaborada pelas seguradoras, ou a prevalência da Lei, que determina o pagamento integral do seguro obrigatório, o que é conhecido como *



complementação do DPVAT.

O pedido do Requerente se refere a espécie de indenização previamente fixada pela Lei do DPVAT, que estipula um valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para casos de incapacidade parcial, total, ou morte ocasionados por acidente de trânsito.

O cerne da questão reside na validade ou não do inciso II, do art. 3º, da Resolução CNSP nº 154/2006, no qual prevê a aplicação da Tabela de Danos Pessoais na graduação da invalidez permanente parcial.

A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na Lei nº 11.482/07, estabeleceu o seguinte:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se sequem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

COMO SE VÊ, A LEI NÃO ESTIPULOU QUALQUER GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, OU DELEGOU AO CNSP/SUSEP PARA FAZÊ-LO.

Considerar limites à Lei do DPVAT, baseada em uma resolução do CNSP/SUSEP, é dar validade a uma derrogação de Lei, estrito senso, por norma de hierarquia inferior, admitindo-se uma evidente QUEBRA DO PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS.

Consoante este entendimento é o do Superior Tribunal de Justiça, que em recente julgado afastou a resolução do CNSP, baseada no princípio suso mencionado, senão vejamos:



PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO OBRIGACIONAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - APLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO EM DETRIMENTO DE LEI - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

Concluído o Tribunal de origem ser devido o pagamento de indenização (DPVAT) por expressa disposição legal, torna-se descabida a alegação do recorrente no tocante à aplicação de Resolução, no caso concreto, visto que o fundamento do Aresto hostilizado está calcado na hierarquia de leis, matéria constitucional por excelência, e não na interpretação dos dispositivos legais indicados, os quais, mesmo que tivessem sido prequestionados, não possibilitariam a reforma do julgado, incidindo a Súmula 83/STJ. Agravo regimental improvido. (STJ. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2008/0004642-7. Rel. Ministro SIDNEI BENETI. T3 - TERCEIRA TURMA. DJe 05/11/2008). (Negrito).

O Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte comunga neste sentido. Recentes julgados pacificaram o entendimento, de todas as Câmaras Cíveis, que é inaplicável a Resolução do CNSP para fixação da indenização, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. PRELIMINARES DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL E DE INÉPCIA DA INICIAL SUSCITADAS PELA APELANTE. REJEIÇÃO. MÉRITO: acidente automobilístico com vítima fatal. Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores (dpvat). APLICABILIDADE DA LEI Nº 6.194/74. NORMAS DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS QUE NÃO SE SOBREPÕEM À LEI FEDERAL. HIERARQUIA. FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. AUSÊNCIA DE TRANSGRESSÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. JUROS MORATÓRIOS APLICADOS À PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO

8



RECURSO. (Negrito). (TJRN. Apelação Cível nº 2008.009875-5. Rel. Des. Amaury Moura Sobrinho. 3ª Câmara Cível. Julg. 27/11/2008).

APELAÇÃO CÍVEL – ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – APLICAÇÃO DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 – POSSIBILIDADE DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO TÁCITA PELAS LEIS Nº 6.205/75 E Nº 6.423/77 – MATÉRIA PACIFICADA NO STJ – NORMAS DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS QUE NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR A APLICABILIDADE DA LEI – QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO DE ACORDO COM A DETERMINAÇÃO LEGAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE 1º GRAU – CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Pelo que se pode depreender do dispositivo da sentença hostilizada, o julgador monocrático não se utilizou do salário mínimo como forma de atualização da indenização, mas tão somente como referência para o cálculo do montante a ser pago, disposto no art. 3º da Lei 6.194/74.

II - O seguro obrigatório por danos pessoais do segurado no caso de invalidez permanente, deve corresponder ao valor de 40 salários mínimos, nos termos do art. 3º da Lei 6.194/74, que não foi revogada pelo disposto nas Leis 6.205/75 e 6.423/77.

III – Precedentes desta Egrégia Corte de Justiça. (Grifos acrescentados). (TJ/RN: AC: 2008.003439-7. 2ª Cam. Cível. Rel. Des. Aderson Silvino. Julg. 22/07/2008).

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, PROCESSO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL SOBRE SALÁRIO MÍNIMO. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, ALÍNEA “B” DA LEI Nº 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO DO CNRP SE SOBREPOR À LEI. HIERARQUIA, PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS, ENTRE NORMAS, IRRESIGNAÇÃO QUE SE RESTRINGIU AO TETO INDENIZÁVEL. DEMAIS QUESTÕES NÃO IMPUGNADAS EXPRESSAMENTE. HONORÁRIOS RAZOÁVEIS EM FACE AO ART. 20 DO CPC E DIANTE DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA CONFIRMADA. (Grifos acrescentados). (TJRN. Apelação Cível nº 2008.000540-6, 1ª Câmara



Cível, Relator Desembargador Vivaldo Pinheiro – j. em 19.06.2008). (grifos nossos)

Assim sendo, resta-se configurado o direito autoral, razão pelo que requer a procedência da ação, no sentido de condenar a ré à complementação da indenização devida, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

IV. DOS PEDIDOS:

Por tudo que foi exposto, vem o autor requerer de Vossa Excelência:

a) que seja o réu condenado a pagar a diferença da indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial permanente, *in casu*, R\$ 10.968,75(dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), devidamente corrigidos e atualizados desde a citação, conforme o art. 405, CC. E ainda, a cominação dos honorários advocatícios, a razão de 20% sobre o valor da causa;

b) a citação do réu, para comparecer a Audiência Preliminar a ser aprazada por este Juízo, e nela querendo apresentar defesa sob pena de incorrer nos efeitos da revelia;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em Direito admitidas, notadamente a documental.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.968,75(dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Natal/RN, 01 de maio de 2011.

KENNEDY LAFAYETE FERNANDES DIÓGENES

Advogado OAB/RN 5786

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES

Advogado OAB/RN 5983

£





E-mail:

Senha:

OK

Cadastre-se
Esqueceu sua senha?
Central do Usuário

[Home](#) |
 [Cálculos](#) |
 [Séries históricas](#) |
 [Câmbio/Moedas](#) |
 [Data/hora](#) |
 [Conversores](#) |
 [Artigos](#)

Cálculos Financeiros

- Atualização monetária
- Cálculos de juros
- Planilha de débitos
- Planilha de reajuste de aluguéis e valores
- Planilha comparativa de reajustes

Cálculos Judiciais

Planilha de débitos judiciais
Planilha de desapropriações

Finanziamento

Série de pagamentos
Planilha-Sistemas PRICE e SAC
Habitacional CEF (Price/SAC/SACRE)

Voltar

Versão para Impressão
Layout Vertical

Salvar Planilha

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

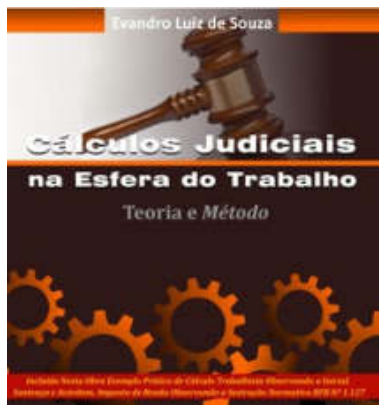
Data de atualização dos valores: novembro/2013
Indexador utilizado: INPC-IBGE

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 16/06/2011

**Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 20,00%.**



O valor informado foi corrigido para o dia 01/10/2013, pois não existe índice cadastrado para a data final informada.



| ITEM | DESCRIÇÃO | DATA | VALOR SINGELO | VALOR ATUALIZADO | JUROS | | TOTAL |
|------|-----------|------------|------------------|----------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|
| | | | | | COMPENSATÓRIOS | MORATÓRIOS | |
| | | | | | 0,00% a.m. | 0,00% a.m. | 0,00% |
| 1 | | 02/08/2010 | 6.918,75 | 8.322,45 | 0,00% a.m. 0,00 | 1,00% a.m. 2.413,51 | 0,00 10.735,96 |
| | | | | Sub-Total | | | R\$ 10.735,96 |
| | | | | Honorários advocatícios (20,00%) | (+) | | R\$ 2.147,19 |
| | | | | Sub-Total | | | R\$ 2.147,19 |
| | | | | TOTAL GERAL | | | R\$ 12.883,15 |

Publicidade

[Quem somos](#) [Contato](#) [Termos de Uso](#)

Nossos serviços são públicos e gratuitos.
Esclarecemos que nossos recursos se destinam a auxiliar o usuário na elaboração dos diversos cálculos aqui disponibilizados, que não devem prescindir de um profissional capacitado.
Apesar dos cuidados na coleta e manuseio, o DrCalc.net não se responsabiliza pelas informações e cálculos aqui disponibilizados, eximindo-se de quaisquer perdas, danos (direitos indiretos ou incidentais), custos e lucros cessantes.

DrCalc.net / DrCalc.net.br - Todos os direitos reservados



<http://www.drcalc.net/planilhacalc.asp>

25/11/2013

Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 02/04/2020 13:18:35
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040213183496100000052773288>
 Número do documento: 20040213183496100000052773288

Num. 54796210 - Pág. 14

PODER JUDICIARIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Nome da vara: Juizado Especial Cível da Zona Sul
Endereço da vara: UFRN, 3000, Lagoa Nova, Natal-RN / Fone: 3215-3956

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário: UNIBANCO AIG SEGUROS / RG: / CPF-CNPJ: 33.166.158/0001-95
Endereço:
 Logradouro: AVENIDA ENG. ROBERTO FREIRE nº1850
 Complemento: SHOPPING SEAWAY Bairro: CAPIM MACIO, NATAL País: BRASIL

Prezado(a) Senhor(a):A presente extraída do PROCEDIMENTO infra-caracterizado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, para:

(X) Tomar ciência da sentença (Cópia em anexo), ficando ciente de que poderá interpor recurso, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias, por intermédio de advogado constituído, conforme art. 42 da lei 9.099/95.

PROCESSO : 001.2011.027.092-1
Promovente: ANTONIO MARCOS FLARENCIO DA SILVA
Promovido(a): UNIBANCO AIG SEGUROS

Natal/RN, 28 de Setembro de 2011.

PATRICIA VALERIA CORREIA CRUZ

Por ordem do(a) MM Juiz(a)
(documento assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/06)
FLAVIA SOUSA DANTAS PINTO

201.101.886147



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Juizado Especial Cível da Zona Sul
UFRN, 3000, Lagoa Nova, Natal-RN / Fone: (84) 321534-94

Processo nº: 001.2011.027.092-1
Promovente: ANTONIO MARCOS FLARENCIO DA SILVA
Promovido(a): UNIBANCO AIG SEGUROS

SENTENÇA

EMENTA: INDENIZAÇÃO, SEGURO DPVAT, DIFERENÇA DE VALOR DE PAGAMENTO DE PRÊMIO PELA OCORRÊNCIA DE SINISTRO, INTELIGÊNCIA DA LEI 6.194/74, DEBILIDADE PERMANENTE, LIMITAÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO, APLICAÇÃO DO ANEXO DA LEI 6.194/74, PROCEDÊNCIA PARCIAL.

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança aforada por ANTONIO MARCOS FLARENCIO DA SILVA em desfavor da UNIBANCO AIG SEGUROS, alegando, em síntese, que no dia 02/08/2010 sofreu um acidente automobilístico, no qual fraturou o antebraço esquerdo, decorrendo em incapacidade parcial incompleta, em caráter permanente, em virtude tem redução dos movimentos pronosupinação de antebraço e flexo-extensão de punho ipsilateral, em torno de 70% de sua capacidade, conforme descrito no Laudo Médico emitido pelo DR. Murcio Aurélio N. Luzia. Aduz que recebeu de uma das seguradoras participantes do consórcio DPVAT a quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), referente à indenização do seguro obrigatório. Por fim, por entender que faz jus a uma indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pleiteia a condenação da parte demandada no pagamento da diferença devida, no importe de R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Em sua contestação, a demandada, em sede de preliminar, suscita a necessidade de sua substituição na lide pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e de inépcia da inicial. No mérito, requer a improcedência dos pedidos constantes da inicial, ressaltando que a parte realizou acordo extrajudicial sobre objeto da presente demanda.

É o que importa mencionar. Passo a decidir.

Antes de adentrar à análise meritória da presente contenda, cumpre versar acerca de matérias preliminares suscitadas pela empresa requerida na qualidade de instrumentos obstativos do prosseguimento da lide.

Neste sentido, com relação a alegada necessidade de inclusão/substituição na lide da seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT tal argumento igualmente não merece acolhimento.

Isso porque, o acionamento de uma ou de outra seguradora é aspecto meramente de ordem burocrática, uma vez que o DPVAT é pago, na verdade, por um consórcio de seguradoras, não sendo arcado por uma empresa específica, como prescreve o caput do art. 7º da Lei nº 6.194/74, in verbis:

“Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operam no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992).”

Assim, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo Réu.

28/09/2011 11:47



Quanto à alegada inépcia da inicial, nos moldes em que referida preliminar fora formulada, confunde-se com o mérito e com ele será analisada.

Vencidas tais questões prévias, passo ao exame do mérito.

De prômio, alega o promovido a realização de acordo extrajudicial, através do qual o autor teria dado plena quitação ao objeto da presente ação. Ocorre que, analisando os autos, verifico que ausente qualquer documento subscrito pelo demandante neste sentido, fato que fulmina tal pretensão.

Por outro lado, verifica-se que a questão posta em análise cinge-se à discussão acerca do pagamento de indenização relativa ao Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos de Via Terrestres ? em razão de acidente automobilístico, que resultou em debilidade permanente do autor.

Como é sabido, o seguro DPVAT constitui um seguro de cunho social, criado por Lei, cuja principal razão da sua existência, é a facilitação às indenizações de vítimas de acidentes automobilísticos, sendo dispensado formalidades dos que façam jus ao seguro.

Quanto à ocorrência do acidente e à invalidez permanente da parte Autora, inexistem maiores controvérsias acerca de sua efetivação, dada a sua comprovação através de Boletim de Ocorrência, do Boletim de Atendimento de Urgência, pelo Laudo Médico acostado aos autos, bem como pelo reconhecimento administrativo da incapacidade, haja vista o pagamento administrativo, cuja complementação ora pleiteia.

No caso em apreço, por ter o sinistro ocorrido em 02/08/2010, aplicam-se as modificações introduzidas pela Lei nº 11.482/2007, que alteraram a redação da Lei nº 6.194/1974, em seu artigo 3º, vez que resultante da conversão em lei da Medida Provisória nº 340/2006, passando a dispor da seguinte forma:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Ao analisar o dispositivo, observa-se que o pagamento da indenização ocorrerá proporcionalmente ao grau de debilidade da vítima até o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que não impõe, necessariamente, o alcance da totalidade do valor.

De acordo com o Laudo de Exame Corporal acostado aos autos, o Autor teve constatada a debilidade de caráter permanente, consubstanciada na redução dos movimentos de pronosupinação de antebraço e flexo-extensão de punho ipsilateral, em torno de 70% de sua capacidade.

Neste pórtico, consoante anexo da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para danos corporais parciais, quando há ?Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos?, fará jus o vitimado à percepção de 70% do valor fixado como patamar máximo, qual seja, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Portanto, considerando-se que houve limitação permanente parcial em um dos membros superiores do Autor, nos termos do Laudo acostado à exordial, entendo por justo e razoável que a indenização a que faz jus corresponda a 70% do segundo limite imposto, totalizando o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil

28/09/2011 11:47



quatrocentos e cinquenta reais), como resultante do seguinte cálculo:

A) limite para pagamento em caso de invalidez permanente ? R\$ 13.500,00;

B) limite para pagamento em caso de perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar (70% de R\$ 13.500,00) ? R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais);

Abatendo-se do valor devido o já recebido pelo Autor (R\$ 2.531,25) chega-se a um total remanescente de R\$ 6.918,75 (seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e cinco reais).

DISPOSITIVO

Pelo exposto, com base no art. 3º, II e §1º da Lei nº 6.194/74, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar a UNIBANCO AIG SEGUROS a pagar a ANTONIO MARCOS FLARENCIO DA SILVA a quantia de R\$ 6.918,75 (seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e cinco reais), à título de complementação da indenização decorrente de acidente de trânsito (DPVAT), devendo a importância ser corrigida monetariamente a partir do evento danoso 02/08/2010 e ser acrescida dos juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Sem custas e sem honorários advocatícios sucumbenciais, em observância às determinações dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995.

Intimem-se, advertindo-se a Ré que o não cumprimento voluntário da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do trânsito em julgado da presente decisão, implicará incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 475-J, do Código de Processo Civil, independente de nova intimação.

Natal, 26 de Setembro de 2011.

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

FLAVIA BEZERRA

Juiz de Direito

28/09/2011 11:47



2011-06939
Neemia Teixeira
45142
Condenação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE NO NORTE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SI

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

NATAL - 1 JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Processo: 120110270921 - ID 081160000001518567

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao
pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

Texto de Responsabilidade do Depositante: (21) 3265-5600

SUPERVISÃO - FERNANDO BARBOSA

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

| | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Nome do Cliente | Data de Vencimento | Valor Cobrado |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO | Contra Apresentação | 12.883,15 |
| Agência / Código do Cedente | Nosso Número | Autenticação Mecânica |
| 2234 / 99747159-X | 16107880044454755 | |



Papel termossensível. S
fabricante, é de 7 anos. E
solventes e produtos q
calor e umidade excessiv

Fabricante do papel: Oj Papel - CNPJ 11.547.940/0001-71
Especialização do papel: Termossensível
Fornecedor Autêntico - CNPJ 08.028.001/0005-90
Contrato: 2017/56000228

0800 729 0722

Ouvidoria BB

Atendimentos não solucionados
(mediante protocolo no SAC)

0800 729 8676

Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Papel termossensível. Sua vida útil, de acordo com o
fabricante, é de 7 anos. Evite seu contato com plásticos,
solventes e produtos químicos. Não o exponha a luz,
calor e umidade excessivos.



Fabricante do papel: Oj Papel - CNPJ 11.547.940/0001-71
Especialização do papel: Termossensível - 90g/m² - 50m
Fornecedor Autêntico - CNPJ 08.028.001/0005-90
Contrato: 2017/56000228

Central de Atendimento BB

Saldo, pagamentos, extratos,
cartões, transferências, resgates
e outras operações

4004 0001 e 0800 729 0001

Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Informações, sugestões, reclamações,
reclamações, dúvidas, denúncias,
suspensão ou cancelamento de
contratos e serviços

0800 729 0722

Ouvidoria BB

Atendimentos não solucionados
(mediante protocolo no SAC)

0800 729 8676

Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Central de Atendimento BB

Saldo, pagamentos, extratos,
cartões, transferências, resgates



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 02/04/2020 13:18:35

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040213183496100000052773288>

Número do documento: 20040213183496100000052773288

17/12/2013 - BANCO DO BRASIL 16:00:56
481213358 0289

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

=====

BANCO DO BRASIL S.A.

=====

00190000000161078800044454755180100000001288315
NOSSO NUMERO 16107880044454755
CONVENIO 01610788
SISTEMA OJD - DEPOSITO JUDICIAL
AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159
DATA DO PAGAMENTO 17/12/2013
VALOR DO DOCUMENTO 12.883,15
VALOR COBRADO 12.883,15
DADOS CHEQUE: 001 001 1759 8406,440,002 000,821
=====

NR. AUTENTICACAO 3.203,003,191.E35.7FE
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



00438499



Comp 001 Banco 001 Agência 1769 DV CI 8 4 044.000-2 C2 0 002 000821 Série 002 000821 Cheque N.º C3 4 12.860,13 R\$ *****12.860,13

REAIS E QUINZE CENTAVOS *****

JUIZO DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE

ou à sua ordem. 2013

de de RIO DE JANEIRO 16 DEZEMBRO

SECURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGRUP DEVAL

CLIENTE BANCARIO DESDE 12/2007

821/SA/8902/8/201124863601/00120110270921

JUIZO DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

DOM - 06939

00100082154 784084500025

00117695

BANCO DO BRASIL

